



7 • Correio Braziliense — Brasília, sexta-feira, 27 de maio de 2022

<b>Bolsas</b> Na quinta-feira	<b>Pontuação B3</b> Ibovespa nos últimos dias	<b>Salário mínimo</b>	<b>Dólar</b> Últimas cotações (em R\$)	<b>Euro</b> Comercial, venda na quinta-feira	<b>Capital de giro</b> Na quinta-feira	<b>CDB</b> Prefixado 30 dias (ao ano)	<b>Inflação</b> IPCA do IBGE (em %)
1,19% São Paulo	110.346	R\$ 1.212	20/maio 4,874 23/maio 4,805 24/maio 4,812 25/maio 4,821	R\$ 5,106	6,76%	12,86%	Dezembro/2021 0,73 Janeiro/2022 0,54 Fevereiro/2022 1,01 Março/2022 1,62 Abril/2022 1,06
1,61% Nova York	23/5 24/5 25/5 26/5						

## PLANOS DE SAÚDE

# Reajuste de 15,5% afeta 8 milhões de contratos

Alta nas mensalidades vale para modalidades individuais e familiares e será aplicada na data de aniversário dos convênios

» MICHELLE PORTELA

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou reajuste de até 15,5% nos planos de saúde de individuais e familiares para o período de maio de 2022 até abril de 2023. É o maior aumento desde 2000. O percentual é o máximo que poderá ser aplicado sobre as mensalidades, que haviam sido reduzidas em 8,19%, no ano passado, por conta da pandemia — com as restrições à circulação de pessoas o número de procedimentos médicos caiu em 17%.

Em março passado, o **Correio** antecipou que analistas e o mercado esperavam um reajuste entre 15% e 18,2%, o que superaria com folga o recorde de 2016. Segundo a ANS, o reajuste vai englobar cerca de 8 milhões de contratos, que correspondem a 16,3% dos consumidores de planos de assistência médica no Brasil. A decisão será publicada hoje no *Diário Oficial da União*.

A decisão da agência não vale para os planos coletivos e empresariais, que constituem a maioria dos convênios médicos em vigor no país. Nesse caso, o valor das mensalidades não é controlado e deve ser definido por meio de negociação entre as operadoras

## Fim da trégua

Após recuo em 2021, mensalidades dos planos de saúde voltam a subir com força

### REAJUSTE DOS CONVÊNIOS INDIVIDUAIS E FAMILIARES



de planos de saúde e as empresas ou entidades que patrocinam os convênios para seus empregados ou associados.

De acordo com a ANS, o reajuste dos planos individuais poderá ser aplicado pela operadora a partir da data de aniversário do contrato, ou seja, no mês da contratação do plano. De acordo com a

agência, o percentual de aumento reflete o crescimento do número de atendimentos e procedimentos médicos depois do relaxamento das restrições à circulação de pessoas. “O índice de 2022 resulta da variação das despesas assistenciais ocorridas em 2021 em comparação com as despesas assistenciais de 2020”, informou a ANS.

A partir do anúncio do teto máximo de reajuste, os beneficiários de planos individuais e familiares devem ficar atentos aos boletos de pagamento e observar se o percentual aplicado é igual ou inferior ao definido pela ANS (15,5%), e se a cobrança com o índice de reajuste está sendo feita a partir do mês de aniversário

do contrato, que é aquele em que o contrato foi firmado.

### Vida mais difícil

Professor de economia da saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (URGS), Giacomo Balbinotto explicou que o reajuste nessa faixa já era

esperado por especialistas do setor. O aumento deverá impactar uma população de 49,1 milhões de pessoas e deverá tornar mais difícil a situação de famílias já pressionadas pela inflação e pelo achatamento da renda desde o início da pandemia.

“O reajuste se deve à inflação alta, com aumento nos custos de serviços e equipamentos médicos, que sofrem também pressão com o câmbio e a desvalorização do real frente ao dólar. No entanto, esse reajuste irá pegar trabalhadores e famílias ainda em um momento de muita fragilidade”, explicou Balbinotto.

O aumento das mensalidades pode, ainda, levar muitos usuários a desistir da permanência no plano de saúde. “Isso vai impactar de forma significativa o Sistema Único de Saúde (SUS), que terá de arcar com maiores custos com exames clínicos e internações. Então, o efeito desse reajuste, embora necessário para manter a sustentabilidade das empresas, vai fragilizar ainda mais essas famílias”, avaliou o professor. “Cabe lembrar que há uma população relativa mais vulnerável, formada por idosos, que já paga valor elevado para essas faixas. O plano, com certeza, vai ficar muito mais caro”, alertou Balbinotto.



## COMBUSTÍVEIS

# Bolsonaro descarta compensar estados por corte no ICMS

» RAPHAEL FELICE

O presidente Jair Bolsonaro (PL) afirmou que pretende vetar a obrigatoriedade de a União compensar os estados pela perda de arrecadação que teriam com a redução do ICMS sobre combustíveis. A compensação está prevista em projeto aprovado pela Câmara, na quarta-feira, que ainda será examinado pelo Senado. “Não tem cabimento. Criaram um subsídio federal para o governo pagar em cima dos combustíveis”, disse o chefe do Executivo.

O Projeto de Lei Complementar (PLP) 18/2021 prevê um teto de 17% para o ICMS cobrado sobre combustíveis, energia elétrica, gás natural, comunicações e transporte coletivo. O objetivo é conter a alta dos preços, que disparou com a elevação do petróleo no mercado internacional e vem minando a popularidade do presidente, que está em campanha para se reeleger em outubro.

Pata facilitar a aprovação da proposta, os deputados incluíram no texto um gatilho para recompor as perdas de arrecadação dos governos estaduais a cada vez que elas ultrapassarem 5%. Os valores seriam recompostos por meio de um fundo bancado pela União. Antes de ir à sanção presidencial, o projeto precisa passar pelo Senado.

“Se (o projeto) for aprovado no Senado, vou ver qual a opinião da Economia para sancionar ou vetar. Se bem que eu vetando, não quer dizer que está resolvido o assunto. Pode ser derubado o veto”, complementou

Bolsonaro. Sem o mecanismo para recuperar as perdas de arrecadação, a tendência é que ele perca força dentro do Congresso.

Ao comentar o assunto, ontem, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) afirmou que vai dar “toda a atenção” ao projeto e dar prioridade aos interesses dos consumidores. “A intenção do Congresso Nacional é buscar soluções inteligentes e efetivas para a redução do preço dos combustíveis. Vamos promover reunião de líderes na próxima semana e definir o trâmite desse projeto. Vamos dar a ele a importância devida porque parece ser um instrumento inteligente para a redução dos preços. De fato, já passou dos limites o que estamos vivendo”, disse.

Pacheco também admitiu que vai ouvir a opinião de governadores e que não quer sacrificá-los, mas que é necessário trazer alguma solução para o consumidor. Os governadores alegam que a alteração irá gerar uma perda de arrecadação entre R\$ 64 bilhões e R\$ 83 bilhões.

“O Senado é a Casa da Federação, é a Casa dos estados. Se há uma premissa básica é a de ouvir os governos por meio de seus governadores. Alguns deles se mostraram muito interessados em debater. Vamos ouvi-los. Não queremos sacrificar nenhuma das partes disso: nem o governo federal, nem os estados, nem a Petrobras. Mas o consumidor não pode ser sacrificado. Nesse critério de prioridade, temos que dar prioridade aos consumidores”, completou Pacheco.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



União e estados concordam em conter preço da gasolina, mas divergem na hora de pagar a conta

# Troca na Petrobras só deve sair em julho

» TAÍSA MEDEIROS

A mudança de comando da Petrobras — a terceira, desde o início do atual governo — pode demorar mais do que deseja o governo por causa de um decreto do presidente Jair Bolsonaro. Editado em abril, o decreto tornou mais rígidas as regras para a aprovação de indicados à presidência da estatal. Com a mudança, os nomes só podem ser enviados para a aprovação da assembleia de acionistas depois de finalizada a avaliação de um comitê interno. Conforme nota divulgada na quarta-feira pelo Conselho de Administração da

Petrobras, é necessária a “análise dos requisitos legais e de gestão e integridade e posterior manifestação do Comitê de Pessoas.”

O decreto foi editado em meio à polêmica que envolveu o consultor Adriano Pires, indicado do Planalto para assumir o posto na época. Pires acabou impedido por ter como clientes grandes empresas privadas, o que configurava conflito de interesses. Com o decreto, a nova troca de comando pode levar mais de 45 dias. Isso significa dizer que só seria efetivada no final de julho.

O nome indicado da vez é Caio Paes de Andrade, secretário Especial de Desburocratização,

Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia. Segundo especialistas ouvidos pelo **Correio**, Paes de Andrade não atende a parte dos pré-requisitos. O fato de não possuir experiência no setor pode gerar questionamentos entre acionistas.

Paes de Andrade ocupa há apenas um ano e cinco meses uma cadeira no Conselho de Administração da Pré-sal Petróleo (PPSA). No entanto, o cargo de presidente da Petrobras exige comprovada experiência no setor e pelo menos dez anos de trabalho na mesma área de atuação da empresa pública, ou em área conexa. No caso de não

cumprir tal requisito, seria preciso ter vivência de pelo menos quatro anos na chefia de empresa de porte equivalente, cargo em comissão ou de confiança no setor público; ou cargo de docente ou de pesquisador em áreas de atuação da estatal para a qual foi nomeado.

Segundo o economista William Baghdassarian, que já compôs o Conselho Fiscal da Petrobras, os trâmites costumam levar um tempo. “Além de trazer incertezas para a empresa, essas trocas também geram um custo, e isso poucas vezes é avaliado no momento de substituir um conselheiro”, explicou.



**Não tem cabimento. Criaram um subsídio federal para o governo pagar em cima dos combustíveis”**

**Jair Bolsonaro**, presidente da República